

O LUGAR DOS MANUAIS E PROGRAMAS DE ENSINO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NOS INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1933–1975)

ANDRÉIA CRISTINA FREGATE BARALDI LABEGALINI (UNIVERSIDADE DE MARÍLIA).

Resumo

Esta comunicação pretende apresentar resultados de pesquisa de doutorado, concluída no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), em 2005, vinculada ao Projeto Integrado de Pesquisa "Ensino de Língua e Literatura no Brasil: repertório documental republicano", e ao Grupo de Pesquisa "História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil, ambos coordenados pela professora Dr^a Maria do Rosário Longo Mortatti. Mediante recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes documentais e bibliografia especializada, objetivou-se compreender como ocorria a formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo. Os resultados comprovam a importância dos manuais de ensino e dos Programas de Ensino que circularam no meio educacional durante o período estudado (1933–1975), direcionando a formação pedagógica pretendida. Tais documentos são representativos da disseminação de idéias escolanovistas que prevaleciam ao longo do momento histórico do funcionamento dos Institutos de Educação do Estado de São Paulo. No decorrer da pesquisa, bibliotecas de alguns antigos Institutos de Educação foram visitadas e em algumas delas os manuais citados neste texto ainda foram localizados, juntamente com registros de empréstimos de livros. O texto poderá contribuir para o alargamento dos conhecimentos sobre a formação do professor alfabetizador no Brasil, e, em decorrência, para uma melhor compreensão dos problemas que hoje se enfrentam nesse campo. (CAPES)

Palavras-chave:

formação de professores alfabetizadores, Manuais e Programas de Ensino, Pesquisa Histórica em Educação.

Os Institutos de Educação do Estado de São Paulo (IEs) foram criados com o objetivo de uma organização nova para a formação do magistério primário. O primeiro IE no estado de São Paulo foi criado pelo Decreto estadual nº 5846, de 21 de fevereiro de 1933, promulgado na "Reforma Fernando de Azevedo", sintetizada no Decreto estadual nº 5884, de 21 de abril de 1933, o *Código de Educação do Estado de São Paulo*. Posteriormente foram criados mais 119 IEs nesse mesmo Estado. A Escola Normal da Praça da República, localizada na capital, foi transformada no primeiro IE paulista e, pelo Decreto n.6.019, de 10 de agosto de 1933, foi determinado que passasse a se denominar IE "Caetano de Campos", com os mesmos fins e estrutura definidos pelo *Código de Educação do Estado de São Paulo*.

Nesse *Código* (SÃO PAULO, 1933: 396), estão definidos os fins do IE: formar professores primários e secundários e diretores e inspetores de escolas; manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação para os membros do magistério; ministrar ensino primário e secundário a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a prática de ensino, por parte dos candidatos ao professorado.

O IE se constitui das seguintes escolas e anexos: Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária, Jardim da Infância e Biblioteca. A Escola de Professores formava professores para o ensino primário, e também fornecia cursos

de aperfeiçoamento cultural e profissional para o professorado, mantendo, para isso, "centros de investigação". Nela era ministrada educação pedagógica de grau superior àquela que existia até então.

Na Escola de Professores havia os seguintes cursos: curso para a formação de professores primários; cursos para a formação de diretores e inspetores escolares; e cursos de aperfeiçoamento. Havia, também, no IE "Caetano de Campos", o Serviço de Psicologia Aplicada da Escola de Professores, que funcionava como um Centro de Psicologia Experimental aplicada à educação.

A Escola Secundária do IE "Caetano de Campos" ministrava ensino secundário a alunos de ambos os sexos com um curso fundamental e um complementar. O curso fundamental da Escola Secundária tinha a duração de cinco anos. O vice-diretor do IE "Caetano de Campos" era também o Diretor da Escola Secundária, nomeado em comissão, sob proposta do Diretor do IE.

A organização da Escola Secundária desse IE estava pautada na Reforma Francisco Campos. Essa reforma efetivou-se por meio de uma série de decretos, promulgados entre 1931 e 1932, quando Francisco Campos foi Ministro da Educação e Saúde Pública[1].

A Escola Primária do IE "Caetano de Campos", de caráter acentuadamente experimental, tinha por finalidade ministrar ensino primário a alunos maiores de sete anos de ambos os sexos e favorecer, para os alunos do curso de formação de professores primários da escola de professores, a observação, a experimentação e a prática de métodos e processos de ensino; nela, os professorandos ministravam suas aulas de Prática do Ensino. Era dirigida pelo professor da seção de Prática de Ensino da Escola de Professores, auxiliado por um de seus assistentes.

Anexo ao IE "Caetano de Campos" havia o Jardim da Infância, com classes experimentais, com objetivos de fornecer às crianças de quatro a sete anos situações para praticar auto-direção e auto-controle, desenvolver a iniciativa e a invenção e aprender a coordenar seus esforços e interesses com os de seus companheiros. Funcionava, também, como campo de observação e de experiências educacionais de professores e alunos da Escola de Professores. Sua administração era exercida por uma inspetora, uma auxiliar da inspetora, uma guardiã e as serventes, para esse fim designadas pelo diretor do IE. No IE "Caetano de Campos" havia, ainda, a biblioteca.

As escolas de aplicação e a Escola de Professores fizeram com que o IE fosse reconhecido como uma "escola normal superior" e como inovação educacional. As seções de ensino da Escola de Professores previstas pelo *Código de Educação do Estado de São Paulo*, de 1933, nos mostram que, com a implantação dos IEs em nosso estado, o currículo seria voltado para o que se pretendia que fosse uma melhor preparação pedagógica do professor primário.

O ideário escolanovista

Em 1932, um grupo de educadores, se organizou em torno do Movimento de Renovação Educacional, difundindo idéias pedagógicas renovadoras, idéias estas que já estavam "brotando" desde o século XIX. Esse grupo elaborou um texto direcionado ao povo e ao governo, denominado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Nesse texto, definiram-se os princípios e fixaram-se as bases e diretrizes para a reforma do sistema da educação nacional, dividindo-se a opinião pública e a dos educadores em duas correntes: a do pensamento conservador e a dos renovadores. O grupo responsável pelo texto era composto por 26 educadores.

No início do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, redigido por Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 1932), este destaca que a educação apresentava-se como um importante problema nacional, pois

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrepõe em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de carácter económico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições económicas, é impossível desenvolver as forças económicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os factores fundamentais do accrescimento de riqueza de uma sociedade. No entanto, se depois de 43 annos de regimen republicano, se dêr um balanço ao estado actual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas económicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espirito de continuidade, não lograram ainda crear um systema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentario e desarticulado. (p.33)[2].

A evolução dos princípios e dos ideais da Escola Nova vinha se processando desde o século anterior. A penetração desse ideário no Brasil ocorreu em duas fases: a primeira se estendeu do final do Império até fins da década de 1910, servindo como "simples preparação do terreno" e, a segunda, compreendendo a década de 1920, caracterizou-se pela difusão das idéias pedagógicas renovadoras e pelas realizações concretas no âmbito da instrução pública (NAGLE, 1976). Nos anos 1920, a evolução dessas idéias e ideais manifestou-se na literatura educacional, nas reformas estaduais e seus conteúdos, na Associação Brasileira de Educação e nos congressos de educação. Foi todo esse movimento que culminou no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Com relação à literatura educacional, divulgadora do ideário da Escola Nova, na década de 1920, "[...] reflete a confluência de dois importantes acontecimentos: a inquietação social e o entusiasmo pela educação" (NAGLE, 1976: 261). A inquietação social estimulou indagações que provocaram tentativas de solução de problemas, incluindo o estabelecimento de "planos de atuação" e, no campo da escolarização, a inquietação levou ao "entusiasmo pela educação" e ao "otimismo pedagógico", que representaram "[...] o principal caminho para fazer frente às exigências do momento" (NAGLE, 1976: 261).

O que teve início como um "movimento", como "idéias novas" para transformar a educação, aos poucos foi tomando corpo e se infiltrando, aparecendo na literatura e nos documentos oficiais que deveriam ser seguidos pelos professores. Alguns periódicos escolanovistas, destacados na pesquisa de Cunha (1992)[3], podem ilustrar essa afirmação. O autor afirma que foram "[...] veículos organizados para a difusão de informações técnicas, teóricas e doutrinárias entre o pessoal diretamente envolvido com a prática pedagógica - professores e administradores escolares" (CUNHA, 1992: 28); além disso, foram periódicos de órgãos que "[...] representaram importantes pólos de concentração do ideário renovador, no âmbito de duas regiões - São Paulo e Rio de Janeiro - que, por sua vez, tiveram grande influência na difusão dessas idéias" (CUNHA, 1992: 29).

Observa-se nessa renovação educacional a valorização das capacidades individuais, dos esforços de cada um e das experiências obtidas. A educação é vista como um processo de cooperação social, que deve ser oferecido igualmente a todos. Esses princípios se opõem ao "ensino tradicional", praticado até então.

As idéias "novas" influenciaram diretamente a formação dos professores alfabetizadores e foram divulgadas por meio da mídia impressa, como apresento na sequência.

Os manuais de ensino

No âmbito dos IEs, os manuais de ensino tiveram papel importante a desempenhar e são representativos da disseminação das idéias escolanovistas que prevaleciam ao longo do momento histórico de funcionamento dos IEs do estado de São Paulo.

Mortatti (2000: 197) aponta como novidade, a partir de 1930, a sedimentação de uma produção mais sistemática e freqüente de educadores brasileiros, dentre esses, paulistas, que, abordando questões pedagógicas e, em particular, o aprendizado da leitura e escrita, circularam entre o professorado paulista. Essa produção deu-se sob a forma de "[...] livros de divulgação, contendo ensaios, relatórios de pesquisas experimentais ou propostas de ensino originais; e manuais de ensino para uso especialmente em escolas normais e institutos de educação" (MORTATTI, 2000: 197).

Silva (2002), por sua vez, realizou uma análise de 44 manuais pedagógicos publicados entre 1930 e 1971 e concluiu que eles enfatizam diferentes maneiras de se conduzir a formação e o aperfeiçoamento do magistério "[...] expondo desde a constituição de uma cultura profissional sob os auspícios da Escola Nova, passando pela política de racionalização do trabalho dos professores, até o processo de tecnização do ensino" (SILVA, 2002: 15). A autora constata que o entusiasmo pelo movimento escolanovista predomina nos manuais pedagógicos de 1930 a 1946, a proposição de metodologias de ensino, nos manuais pedagógicos de 1947 a 1959, e a apresentação de tecnologias a serviço da eficiência das atividades pedagógicas, nos manuais pedagógicos de 1960 a 1971 (SILVA, 2002: 12).

Os manuais de ensino são livros escritos a fim de desenvolverem os temas previstos para o ensino de disciplinas profissionalizantes dos currículos de instituições de formação docente, no caso, aquelas disciplinas diretamente relacionadas com questões educacionais, a saber, a pedagogia, a didática, a metodologia e a prática de ensino (SILVA, 2002). Esses manuais "[...] fazem parte das leituras promovidas pela escola, pois são escritos que ordenam o conjunto de saberes a serem transmitidos aos normalistas, além de definirem com isso determinados modos de transmissão e apreensão desses conhecimentos" (SILVA, 2002: 4).

Para promover a leitura entre os professores e os alunos e divulgar as idéias institucionalmente aceitas, as bibliotecas dos IEs recebiam muitas publicações, dentre elas os manuais de ensino; em algumas instituições consultadas no decorrer da pesquisa de que resultou minha tese de doutorado e, posteriormente este texto, essas publicações (e manuais) ainda existem, trancados em armários ou em salas empoeiradas, em prateleiras isoladas nas atuais bibliotecas das escolas, ou até mesmo empilhados em mesas e carteiras; e, em alguns acervos encontrei livros de tomo, mas não foi possível explorá-los. Os manuais de ensino mais recorrentemente utilizados nos cursos de formação de professores foram aqueles

que forneciam fundamentação teórica de uma didática do ensino da leitura e da escrita. Destaco-os, então, ordenados de acordo com a data da primeira edição: *Testes ABC* - para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita, de Manoel Bergström Lourenço Filho (1934); *Didática da Escola Nova*, de A. Aguayo (1935); *Noções de metodologia do ensino primário*, de Theobaldo Miranda Santos (1952); *Metodologia do ensino primário*, de Afro do Amaral Fontoura (1955); *Manual do professor primário*, de Theobaldo Miranda Santos (1959); *Leitura na escola primária*, de Juraci Silveira (1960); *Ensinando à criança*, de Alaíde Madeira Marcozzi, Leny Werneck Dornelles e Marion Villas Boas Sá Rêgo (1965); e, *A formação do educador e a pedagogia da aprendizagem*, de Roger Cousinet (1974).

Os Programas de Ensino

Os Programas de Ensino eram publicações, em forma de Leis, para serem colocados em prática nas escolas. Os professores do primeiro IE do estado de São Paulo - o IE "Caetano de Campos" -, criado em 1933, nesse mesmo ano fizeram publicar, por meio da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, os programas do 1º ano da Escola de Professores. Esses programas estavam divididos nas cinco seções da Escola de Professores.

No programa da seção Prática de Ensino, cujo professor-chefe nessa época era Antônio Firmino Proença, a parte teórica do ensino estava separada da parte prática e seu conteúdo de ensino, distribuído em três trimestres, sendo que o conteúdo referente ao ensino de leitura e à prática do ensino de leitura e linguagem nas classes da escola primária era ensinado no segundo trimestre.

Como conteúdo teórico do ensino de leitura havia: o conceito de leitura, o histórico dos processos e do material para se ensinar a ler, a evolução do ensino de leitura nas escolas do estado de São Paulo e as bases psicológicas da aprendizagem da leitura. Era proposta a realização de exame crítico de algumas cartilhas, mas não constam no programa quais eram essas cartilhas que deveriam ser examinadas. Constavam, também, como conteúdo de ensino, a leitura nas classes adiantadas (finalidade e método), os livros de leitura e o papel das bibliotecas escolares.

O programa do 1º ano da Escola de Professores, de 1933, foi o único programa específico para esse IE. Os demais programas eram sempre direcionados às escolas normais do estado de São Paulo e abrangiam todos os cursos de formação de professores primários, inclusive os cursos dos IEs paulistas.

Além do IE "Caetano de Campos", com a finalidade de formação de professores primários, em 1938 havia, no estado de São Paulo nove escolas normais oficiais e 40 escolas normais livres fiscalizadas. Por meio dos *Programmas das escolas normaes*, o Estado procurou "[...] fixar-lhes as linhas mestras da orientação e do programma de trabalho, tanto para estabelecer o conteúdo mínimo do seu ensino como para assegurar, quanto possível, a unidade de formação espiritual do professorado" (SÃO PAULO, 1938: 3).

Para fixar essas "linhas mestras" da disciplina Pedagogia, no programa dessa matéria aparecia a distinção entre Pedagogia Científica e Pedagogia Filosófica. Nota-se o destaque dado às técnicas de ensino na parte referente à Pedagogia Científica, inclusive ao trabalho com projetos, que era um dos eixos centrais da didática da Escola Nova.

Em 1954, o Diretor Geral Substituto do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, Carlos Corrêa Mascaro, pôs em vigor novos programas, que foram "[...] elaborados e fixados após sucessivas reuniões nas quais tomaram parte professores com a responsabilidade do ensino nas escolas normais e catedráticos e assistentes de Faculdades de Filosofia" (SÃO PAULO, 1954: 3).

Dentre os catedráticos e assistentes das Faculdades de Filosofia, que participaram da elaboração dos *Programas das escolas normais e instruções metodológicas*, de 1954, encontrava-se J. Querino Ribeiro, que já havia dado valiosas contribuições para a reorganização do ensino normal no estado de São Paulo, além de 250 professores convocados (SÃO PAULO, 1954: 6).

Os *Programas do Curso Normal*, de 1958, são os programas já aprovados para as escolas normais do estado de São Paulo pela Portaria n.49, de 5/12/1954, porém, apresentando alterações devido à [...] "distribuição de disciplinas e aulas, constante do Quadro de Aulas publicado a 29-1-1958, ou introduzidas em atenção às sugestões que lhe foram apresentadas" (SÃO PAULO, 1958: 3).

Os conteúdos das matérias de ensino eram descritos nos programas, eles tinham uma função social, serviam aos objetivos do Estado, para que não predominasse a divergência na sociedade; e a formação de professores alfabetizadores também se submeteu a programas determinados, com vistas a alcançar "determinado modelo de sociedade".

Em suma, a didática divulgada por meio da mídia impressa fazia parte do ideário escolanovista, pretendia renovar a escola; era a Pedagogia Científica presente na formação dos professores, inclusive no que se refere à formação dos professores alfabetizadores, pois, com relação à alfabetização, também foram promovidas pelas escolas as leituras de manuais de ensino que, de certa forma, conduziram as idéias didáticas aos professores e, assim, aos professorandos.

Referências

AGUAYO, A. M. *Didática da Escola Nova*. Tradução e notas: J. B. Damasco Penna e Antônio D'Ávila. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. (Atualidades Pedagógicas, v. 15).

AZEVEDO, F. et al. *A Reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

COUSINET, R. *A formação do educador e a Pedagogia da Aprendizagem*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1974. (Atualidades Pedagógicas, p. 112).

CUNHA, M. V. da. *Indivíduo e sociedade no ideário escolanovista*. 1992. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FONTOURA, A. do A. *Metodologia do Ensino Primário*. 7. ed. Rio: Gráfica Editôra Aurora, 1961. (série 1, A escola viva, v. 5).

GARCIA, M. M. A. *A didática no ensino superior*. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2000. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LABEGALINI, A. C. F. B. L. *A formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933-1975)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

_____. *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita*. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

MARCOZZI, A. M.; DORNELLES, L. W.; RÊGO, M. V. B. S. *Ensinando à criança: um guia para o professor*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

MELO, L. C. de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli, 1954.

MORTATTI, M. do R. L. *Os sentidos da alfabetização: (São Paulo/ 1876 - 1994)*. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000. (Encyclopaedia).

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976 (reimpressão).

RIBEIRO, J. Q. *A reforma das escolas normais: contribuição para o seu estudo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Secção de Publicações, 1952. (Cadernos da Faculdade - 1).

ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, T. M. *Manual do professor primário*. Hiluey - Wilton Livresiros e Editoras Ltda, 1959. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, v.1).

_____. *Manual do professor primário*. Hiluey - Wilton Livresiros e Editoras Ltda, 1959. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, v.2).

_____. *Noções de Metodologia do Ensino Primário: de acôrdo com os programas dos Institutos de Educação e das Escolas Normais*. 11.ed.v.1, 1967.

SÃO PAULO. Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933. *Código de Educação do Estado de São Paulo*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1933. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

_____. Decreto n.5846, de 21 de fevereiro de 1933. *Regula a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares, transformando o "Instituto Caetano de Campos" em Instituto de Educação, em nível universitário, reorganizando as escolas normais oficiais do Estado e estabelecendo providências para o ajustamento das escolas normais livres à nova organização*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1933. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

_____. Decreto n.6019, de 10 de agosto de 1933. *Determina que o Instituto de Educação passe a denominar-se "Caetano de Campos"*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1959. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

_____. Portaria n.49, de 2 de dezembro de 1954, do Diretor Geral do Departamento de Educação, do Estado de São Paulo: *Programas das Escolas Normais e Instruções Metodológicas*. São Paulo, Editora do Brasil, folheto n.26. Suplemento de "EBSA Paulista".

_____. *Programa para o ensino primário fundamental - 1º ano*. Ato n. 17, de 23 de fevereiro de 1949. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, Editora Paulo de Azevedo LTDA.

_____. *Programas do Curso Normal*: comunicado da chefia do ensino secundário e do curso normal. São Paulo: Ed. do Brasil, n.18, 3 mar. 1958. 22p. Folheto.

_____. Secretaria da Educação - Departamento de Educação - Chefia do Ensino Primário. *Programa da Escola Primária do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1969.

_____. Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Directoria do Ensino. *Programas das escolas normais*. Organizados por uma comissão de professores e revistos pela Directoria do Ensino. São Paulo, 1938. Boletim n.17.

_____. Secretaria do Estado dos Negócios da Educação. Serviço de Legislação e Publicidade. Programas das escolas normais do estado de São Paulo. In: *Compêndio de legislação do ensino normal*. São Paulo: J. Bignardi & Cia. Ltda, n.4, mar. 1953. p.15-43.

SILVA, V. B. da. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002. Caxambu. 1 CD ROM.

SILVEIRA, J. *Leitura na escola primária*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. (Série 2, Livros de texto, v.3).

TANURI, L. M. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890 - 1930*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

[1] A esse respeito ver ROMANELLI (2001: 135).

[2] Nesta e nas demais citações de época manterei a ortografia original.

[3] Os periódicos utilizados por Cunha (1992: 29) foram: *Escola Nova, Educação e Revista de Educação* (boletins do setor encarregado pela instrução pública paulista, publicados de 1930 a 1945); *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, de 1944 a 1960); *Educação e Ciências Sociais* (periódico do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, de 1956 a 1960); e *Pesquisa e Planejamento* (periódico do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, de 1957 a 1960).